

# O ÊXITO BOLIVIANO DURANTE A CRISE MUNDIAL DE 2008-2009

Pedro Silva Barros\*

A maior parte dos países latino-americanos apresentou crescimento negativo do produto interno bruto (PIB) em 2009 devido aos efeitos da crise mundial. Notável exceção foi a Bolívia, que, a despeito da aparente instabilidade política, tem apresentado bons resultados econômicos desde o início do governo de Evo Morales em 2006.<sup>1</sup> Para entender este fenômeno, fazem-se necessárias uma breve apresentação da economia boliviana, uma análise da dinâmica da política econômica deste governo e uma discussão das medidas adotadas a partir de 2008.

A economia boliviana é a mais pobre da América do Sul. Seus cerca de 10 milhões de habitantes desfrutaram de apenas US\$ 18 bilhões em 2009 (em 2005, este montante era de pouco menos de US\$ 10 bilhões) ou, pela paridade do poder de compra (PPC), US\$ 45 bilhões (renda per capita em PPC de cerca de US\$ 4.500). Cerca de 10% da sua população vive no exterior, em especial os jovens adultos, que estão no auge das possibilidades de trabalho. Historicamente, as atividades econômicas mais importantes concentram-se no setor primário-exportador: prata, estanho, petróleo, madeira, coca, soja e gás natural. A Bolívia possui uma clássica economia de enclave, que passa de um ciclo a outro e que, nas últimas duas décadas, tem recebido proporcionalmente a maior quantidade de cooperação internacional na região, sem que esta tenha causado nenhum efeito estrutural ou estruturante.

Nas últimas duas décadas, o gás natural tem sido a principal atividade econômica da Bolívia. Desde o final da Guerra do Chaco, em 1935, quando surgiu o movimento Terras ao Índio e Minas ao Estado,<sup>2</sup> o discurso da nacionalização dos recursos naturais e da legitimidade dos direitos indígenas obteve, com idas e vindas, apoio social. Durante o governo Paz Estenssoro (1985-1989)<sup>3</sup> e os que o sucederam – Paz Zamora (1989-1993) e Sánchez de Lozada (1993-1997) –, houve uma alteração na estrutura econômica do país, que tinha por objetivo promover maior abertura econômica.

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Deint) do Ipea.

1. Os dados utilizados neste trabalho estão disponíveis em <<http://www.ine.gob.bo>>, conforme mencionado na bibliografia recomendada. Durante o primeiro mandato do governo Morales, o crescimento anual do produto interno bruto (PIB) da Bolívia foi de 4,8% em 2006, 4,6% em 2007, 6,1% em 2008 e 3,5% em 2009.

2. Movimento de inspiração socialista que surgiu após a Guerra do Chaco (1932-1935), tendo sido consolidado em 1952 com a Revolução Nacionalista, que promoveu a reforma agrária e a nacionalização das minas.

3. Foi o seu quarto mandato; ele já havia governado o país nos anos 1950 e 1960.

Concretamente, esta mudança significou uma série de privatizações,<sup>4</sup> incluindo a da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB (estatal petrolífera), assim como a abertura deste setor para as grandes empresas multinacionais, entre as quais a Petrobras, que se tornou a maior empresa do país.

### O governo Evo Morales e sua política econômica

A chegada do primeiro indígena, amparado por suas origens, à presidência da Bolívia foi marcada por interesse e apreensão nacional e internacional. Após duas décadas de aplicação das políticas vinculadas ao Consenso de Washington,<sup>5</sup> a capacidade de atuação do Estado havia se esgotado – seja politicamente, pela não incorporação das demandas populares, particularmente as indígenas, seja economicamente, pelo fim do ciclo das privatizações, baixo crescimento, incapacidade arrecadatória e dificuldade de oferecer garantias para novos empréstimos que pudessem financiar o Estado. Esta falência viabilizou a vitória eleitoral do candidato identificado com a oposição radical às políticas liberalizantes.

A candidatura de Morales foi germinada no movimento *cocalero* da região do Chapare e na luta contra a política financiada pelos Estados Unidos<sup>6</sup> de erradicação da cultura da coca nos anos 1990. Ganhou impulso nas manifestações pelos direitos indígenas e contra as privatizações, particularmente a da água de Cochabamba, em 2000. Foi viabilizada por uma aliança dos novos movimentos reivindicatórios com forças da esquerda tradicional, aglutinadas no Movimento ao Socialismo (MAS). Depois de ser derrotado no segundo turno indireto no pleito de 2002, Evo Morales personificou a oposição ao governo de Sánchez de Lozada. A denominada Guerra do Gás,<sup>7</sup> em outubro de 2003, derrubou o presidente e abriu o caminho para as duas principais propostas do MAS: nacionalização dos hidrocarbonetos e nova constituinte para refundar o país. Em meio à instabilidade política causada pela forte presença dos movimentos sociais que reivindicavam mudanças radicais na forma de participação política, os sucessores de Lozada também caíram e as eleições foram antecipadas para o final de 2005.

4. Na Bolívia, o processo foi denominado capitalização e consistiu na fragmentação e posterior venda das estatais.

5. As reformas liberalizantes na Bolívia começaram no governo Paz Estenssoro por meio do Decreto Supremo nº 20.160 de 1985, que redirecionou profundamente os rumos do país. Como parte do programa de estabilização monetária e “modernização” do país, os gastos do governo foram reduzidos, a austeridade fiscal foi reestabelecida, milhares de servidores da Corporación Minera de Bolívia (Comibol) e da YPFB foram demitidos, a economia foi aberta para o investimento estrangeiro e a iniciativa privada foi incentivada. A justificativa econômica de que os déficits das empresas estatais contribuíram com a aceleração inflacionária (que foi definida como hiperinflação) e que não havia poupança interna suficiente para fazer os investimentos necessários. Para coibir os protestos crescentes, foi decretado estado de sítio, e a repressão aumentou significativamente. O principal assessor econômico do governo boliviano no período foi Jeffrey Sachs, que, posteriormente, contribuiu com o radical processo de privatizações no Leste Europeu e na Rússia, e comemorou na imprensa mundial o golpe de Estado na Venezuela contra Hugo Chávez em abril de 2002.

6. Em inglês, Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA).

7. Grandes protestos populares que inviabilizaram a tentativa de vender gás natural boliviano para os Estados Unidos, por meio do Chile. Este país é o principal inimigo boliviano desde que tomou parte de seus territórios na Guerra do Pacífico (1879).

Evo Morales venceu com 56% dos votos no primeiro turno, algo que não acontecia desde a Constituição de 1967.<sup>8</sup>

No dia 1º de maio de 2006, o governo Evo Morales editou o Decreto Supremo Heróis do Chaco,<sup>9</sup> que previa a reestatização da YPFB e a propriedade de toda a produção de hidrocarbonetos para o Estado. De todo modo, a propriedade sobre a produção não teria efeitos práticos de longo alcance sem a participação nas receitas. O decreto previa que as empresas que operavam nos grandes campos<sup>10</sup> deveriam transferir ao Estado 82% do valor total produzido – 18% de *royalties*, 32% de Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH) e 32% de uma participação adicional para a YPFB. Também estabeleceu a garantia para a YPFB, nas áreas de exploração e produção, do controle direto sobre 38 áreas e 44 campos petrolíferos, que representavam 20% de toda a extensão em que se realizavam as operações. Por fim, a nova legislação buscava garantir participação majoritária da estatal – embora não a condição de operadora – nos megacampos de San Alberto, San Antonio e Sábalo (principais produtores atuais de gás – os dois primeiros pertenciam à Petrobras, que continua a operá-los).

Essas alterações aumentaram consideravelmente a arrecadação do Estado, o que permitiu ao governo a execução de uma série de novas ações sociais e econômicas, garantindo a superação dos efeitos da crise de 2009 sem causar déficit fiscal ou comprometer o combate às pressões inflacionárias. Houve um aumento de US\$ 5 bilhões nas receitas fiscais devido à “nacionalização”. Historicamente, a Bolívia sofria demasiadamente com os choques externos, em particular os que derrubaram os preços dos minérios e do petróleo (que, indiretamente, definem o preço do gás natural). Em 2009, porém, isto não ocorreu, devido à menor vulnerabilidade externa e ao maior dinamismo do mercado interno.

### Menor vulnerabilidade externa

A política econômica do governo Evo Morales enfrentou os condicionantes externos a partir do primeiro ano. A conjuntura internacional foi muito favorável no que se refere à demanda e ao preço dos principais produtos exportados pela Bolívia: gás, minérios, soja e madeira. Ao mesmo tempo, o país enfrentou pressão inflacionária devido principalmente ao aumento do preço dos alimentos.

8. A Constituição de 1967, que vigorou no país até a nova constituinte em 2005, foi elaborada no período da ditadura e, apesar de bastante progressista, na prática, não evitou que o período fosse marcado por sucessivos golpes de Estado. A partir de 1982, quando a democracia foi restabelecida, os partidos continuaram os mesmos, mas então divididos, o que impossibilitou candidaturas capazes de vencer no primeiro turno.

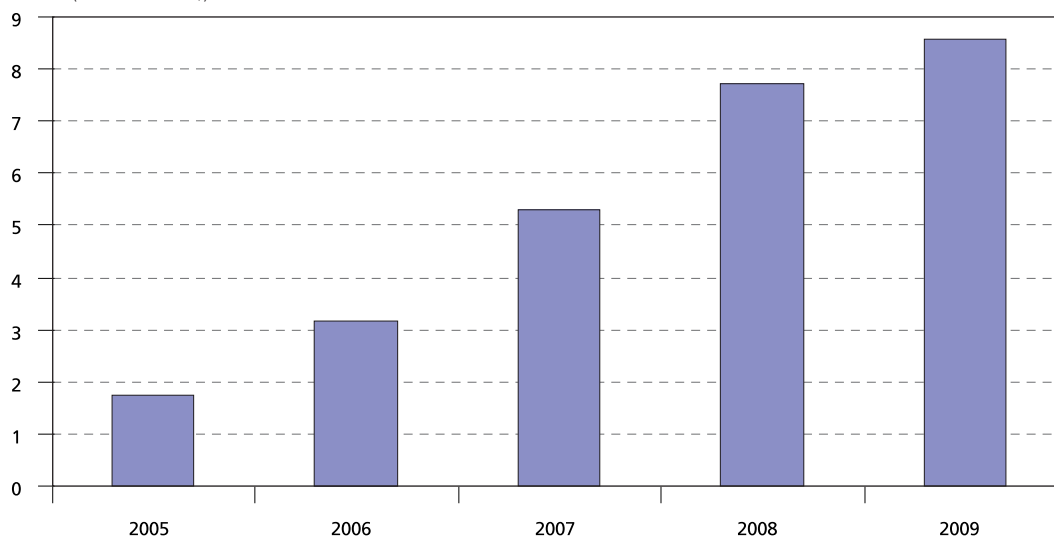
9. Referência aos que lutaram na Guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e Paraguai. A derrota boliviana impediu que o país tivesse uma saída ao Oceano Atlântico pelo Rio Paraguai.

10. Áreas que, no ano de 2005, produziam mais de 100 milhões de pés cúbicos diários de gás natural.

As alterações na legislação e nos contratos do setor de hidrocarbonetos permitiram maiores superávits comerciais com o Brasil<sup>11</sup> e a Argentina, destinos da produção de gás.<sup>12</sup> O impacto aproximado destas mudanças na arrecadação foi de 3% do PIB. As receitas oriundas das exportações de outros produtos primários, particularmente minérios, também cresceram.

O superávit comercial sustentou o resultado positivo do balanço de pagamentos, que garantiu expressivo aumento das reservas apesar de a dívida externa ter sido reduzida. As reservas passaram de US\$ 1,759 bilhão em 2005 para US\$ 8,567 bilhões em 2009. No mesmo período, a dívida externa reduziu-se em aproximadamente 50%, de US\$ 4,9 bilhões<sup>13</sup> para US\$ 2,4 bilhões. Com a dívida externa correspondendo a 13% do PIB e reservas internacionais de mais de 45% do PIB (em 2005, estas eram menos de 20% do PIB), a economia boliviana ficou menos suscetível a ataques contra a moeda nacional como os que haviam ocorrido durante outras crises. A diminuição da dolarização da economia ilustra a maior confiança na moeda nacional. Em 2005, apenas 16% dos depósitos bancários foram feitos em moeda nacional; quatro anos depois, esta fração chegou a 47%. A taxa de câmbio na Bolívia mostrou-se, durante a crise, uma das de menor volatilidade do mundo (um dólar equivale a 7 bolivianos, ou seja, B\$ 1,00 vale US\$ 0,14; este valor não variou mais que 5% para cima ou para baixo durante os anos de 2008 e 2009).

GRÁFICO 1

**Reservas internacionais da Bolívia**  
(Em bilhões de US\$)

Fonte: Banco Central da Bolívia (<<http://www.bcb.gob.bo/webdocs/Enero2010/mensual/29.pdf>>).

11. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 2005, o Brasil importou US\$ 989 milhões. Em 2008, o valor chegou a US\$ 2,857 bilhões e, no ano seguinte, caiu para US\$ 1,649 bilhão. O valor acompanhou os grandes movimentos dos preços dos hidrocarbonetos, potencializados pelo maior valor pago pelo Brasil pelo gás boliviano. Nota-se, porém, que as exportações bolivianas ao Brasil em 2009, ainda que abaladas pela crise, foram 65% maiores que em 2005. O superávit comercial para a Bolívia no comércio com o Brasil era de US\$ 404 milhões em 2005, chegou a US\$ 1,722 bilhão em 2008 e diminuiu para US\$ 730 milhões em 2009, o equivalente a mais de 4% do PIB. Mais de 90% das exportações bolivianas para o Brasil, em US\$, são de gás natural.

12. A média diária da exportação de gás tem sido de 24,6 milhões de pés cúbicos para o Brasil e 5,5 milhões de pés cúbicos para a Argentina.

13. A Espanha perdeu dívidas de US\$ 77 milhões e 5,5 milhões.

O investimento externo direto líquido, que caiu de 12% do PIB em 1998 para 3% do PIB negativo em 2005, voltou a ser positivo em 2006 e, desde então, tem se mantido superavitário em cerca de US\$ 300 milhões anuais. Simultaneamente, houve melhora significativa nas classificações das agências de risco.<sup>14</sup> Ainda que as doações (e a ajuda internacional) durante o governo Evo tenham sido menores que haviam sido nos quatro anos anteriores, as remessas oriundas de trabalhadores bolivianos não residentes têm aumentado significativamente. Isto mostra confiança na economia local em um movimento que pode ser entendido como a preparação para ou a concretização de retornos de emigrantes. Se em 2004 e 2005 as remessas de trabalhadores foram, somadas, de US\$ 440 milhões, no biênio 2007-2008 elas alcançaram US\$ 2 bilhões. Pode-se dizer que a Bolívia conseguiu fortalecer seu setor externo ao aumentar e diversificar suas exportações, e ao aproximar os bolivianos que estão vivendo fora de modo a atravessar a crise internacional com estabilidade.

### Dinamismo do mercado interno

A arrecadação não foi reforçada apenas pelas mudanças na tributação dos hidrocarbonetos, mas também pelo crescimento econômico nos quatro anos do primeiro mandato do presidente Evo Morales e pela melhoria do sistema de arrecadação. Depois de muitas décadas, a Bolívia apresentou superávits fiscais nominais seguidos, ainda que tenha havido notável aumento do gasto público. Ou seja, possibilitou-se a criação e o aprimoramento de diversas políticas sociais e de estímulo ao setor produtivo sem que houvesse o comprometimento da rigidez das contas públicas, antecipando ações que ajudaram no combate aos efeitos da crise.

O PIB, que cresceu nos três primeiros anos do governo *masista*<sup>15</sup> à taxa média de 5,2%, fechou o ano de 2009 em 3,5%, a maior taxa da América Latina<sup>16</sup> – a estimativa para 2010 é de 4,5%. A formação bruta de capital fixo aumentou de 13% para 17%, índice ainda baixo, mesmo se a comparação for restrita à América Latina, mas melhor que o dos anos 1990. A inflação foi controlada durante todo o período, apesar de ter fechado 2007 e 2008 em 11%, devido principalmente ao aumento dos preços internacionais dos alimentos no segundo semestre de 2007 e no primeiro de 2008. O movimento foi revertido em 2009, quando os preços internacionais dos alimentos recuaram e a taxa de inflação boliviana foi nula.

O investimento público passou de US\$ 630 milhões em 2005 para US\$ 1,35 bilhão em 2008, e US\$ 1,85 bilhão (próximo a 10% do PIB) em 2009. Cerca de 35% do investimento público em 2009 destinou-se à construção de estradas, e 20% à

14. Em setembro de 2009, a agência Fitch Ratings elevou a classificação da Bolívia de B- para B, e a Moody's elevou a classificação da dívida soberana em moeda estrangeira e em moeda local da Bolívia de B3 para B2, com viés estável.

15. O termo *masista* refere-se ao Movimento ao Socialismo (MAS).

16. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em seu relatório anual de 2009 – divulgado em fevereiro de 2010, com dados fechados sobre os três primeiros trimestres de 2009 e estimativas próprias sobre o quarto trimestre –, os países da América Latina tiveram, em geral, taxa de crescimento inferior a 0,5% em 2009, sendo a média da região -1,8%. Seguem alguns exemplos: Argentina, 0,7%; Bolívia, 3,5%; Brasil, 0,3%; Chile, -1,8%; Colômbia, 0,3%; Equador, 0,4%; México, -6,7%; Peru 0,8% e Venezuela -2,3%.

infraestrutura do setor de hidrocarbonetos. O Banco de Desenvolvimento Produtivo (BDP) foi importante ator durante a crise. Agindo de maneira anticíclica, expandiu o crédito ao emprestar mais de B\$1 bilhão (US\$ 142 milhões, ou US\$ 356 milhões em PPC) a taxas de juros de 6% ao ano. O governo avalia que esta ação teria sido responsável pela geração de 128 mil empregos.

O movimento de combate aos efeitos da crise foi acompanhado de forte presença de empresas públicas, que foram ampliadas, de forma descentralizada, em todos os departamentos (estados) do país. Azucarbol (açúcar) em Tarija; EBA (castanha) em Pando e Beni; Cartonbol (embalagens); Papelbol (papel e celulose); Ecebol (cimento); Lacteobol (laticínios); e a refundação da Comibol (Corporación Minera de Bolívia, que havia sido a maior empresa do país) e da Ende (energia elétrica) representam esta expansão. Houve também uma importante alteração na composição da origem do investimento público. Se em 2005 apenas 37% do financiamento das empresas públicas era de origem doméstica, em 2009 este valor passou para 70%.

Os programas de transferência de renda, que alcançavam 27% da população boliviana em 2009,<sup>17</sup> também ajudaram a formar o conjunto de ações que definiram o crescimento positivo do PIB, a despeito da crise. Os três principais programas sociais merecem destaque:

- 1) Bônus Juancito Pinto – garante a transferência de B\$ 200 (US\$ 29, ou US\$ 70 em PPC) para as crianças que estão matriculadas e frequentam a escola até o sexto ano. Existe desde o primeiro ano do governo Morales. A cobertura, que era de 61% das crianças em 2006, chegou a 95% em 2009.
- 2) Renda Dignidade – expansão do antigo Bonosol (principal programa social do governo Sánchez de Lozada), ocorrida a partir de 2008. Transferência de cerca de B\$ 2.400 (US\$ 340, ou US\$ 850 em PPC) para quem tem mais de 60 anos e recebe outros benefícios previdenciários, e de cerca de B\$ 1.800 (US\$ 255, ou US\$ 635 em PPC) para quem não recebe. A cobertura do Bonosol atingia 75% da população com mais de 60 anos; o Renda Dignidade passou a atingir integralmente os bolivianos idosos.
- 3) Bônus Juana Azurduy<sup>18</sup> – começou a ser concedido no auge da crise, no primeiro semestre de 2009. Destinado a mulheres que não tinham seguro de saúde (privado) com o objetivo de incentivá-las a receber ajuda médica durante e depois da gravidez. As mães recebem B\$ 50 (US\$ 7, ou US\$ 18 em PPC) para irem a quatro consultas pré-natais, B\$ 120 (US\$ 17, ou US\$ 42 em PPC) para o parto, e B\$ 125 (US\$ 18, ou US\$ 45 em PPC) para cada consulta das crianças até 2 anos de idade. De acordo com o orçamento de 2010, parte das reservas internacionais líquidas poderá ser revertida ao programa.

17. O Bônus Juancito Pinto contemplou 1,7 milhão de estudantes; 770 mil idosos receberam a Renda Dignidade; e 340 mil mães grávidas e filhos de até dois anos foram beneficiados pelo Bônus Juana Azurduy.

18. Há outros programas sem impactos econômicos diretos, como o *Si, yo puedo*, que alfabetizou mais de 800 mil pessoas e fez com que a Bolívia se tornasse o terceiro país da América Latina a ser reconhecido como *território livre de analfabetismo*. O programa *Si, yo puedo seguir* fez com que mais de 50 mil alfabetizados concluíssem o quinto ano de escolarização.

## Considerações finais

As medidas executadas desde 2006 formaram um colchão que não apenas amenizou os efeitos da crise internacional como tornou a economia boliviana mais vigorosa para o próximo período. O que garantiu a retomada e a sustentabilidade do crescimento da economia, desde 2006, foi o aumento da captura do excedente petrolífero e o destino destes recursos. O aumento da arrecadação permitiu o estímulo a setores produtivos e a expansão dos programas sociais, que, além de diminuir a pobreza, a desigualdade e suas consequências maléficas,<sup>19</sup> ampliaram o mercado interno.

Durante todo o governo, o país aparentou passar por instabilidades políticas devido à dificuldade de aprovação da Constituinte Plurinacional e aos protestos autonomistas. Os resultados econômicos, contudo, levaram ao entendimento de que a opção por privilegiar o fortalecimento da presença estatal e as reivindicações indígenas foi satisfatória.

Politicamente, a aprovação popular às mudanças implementadas no país foi reconhecida nas urnas pela reeleição de Evo Morales no final de 2009, com 63,4% dos votos dos 5,1 milhões de eleitores inscritos (recordes históricos). A base governista conquistou dois terços das cadeiras da Câmara de Deputados e do Senado e o governo de Tarija, principal departamento produtor de gás natural e, até então, baluarte da oposição. Estão lançadas as bases políticas e econômicas necessárias para o enfrentamento dos grandes desafios do país: diversificar e integrar a produção, agregar valor internamente aos recursos primários e pagar a histórica dívida social com a maioria dos bolivianos. Resta à Bolívia não perder esta oportunidade, como fez por diversas vezes.

## Bibliografia comentada

Todos os dados apresentados no texto estão disponíveis nos *sites* do Instituto Nacional de Estatística (disponível em: <<http://www.ine.gob.bo>>), exceto as comparações de taxas de crescimento, que podem ser vistas em:

CEPAL. **Estadísticas económicas**. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2009. Disponível em: <[http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/38406/LCG2430b\\_2.pdf](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/38406/LCG2430b_2.pdf)>.

O valor do PIB em paridade do poder de compra pode ser obtido em:

AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (CIA). **The World Factbook – 2009**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>>.

Há abundância de informações econômicas nos *sites* do Ministério de Economia e Finanças, resumidas na publicação:

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS DE BOLIVIA. **Zoom econômico**. Disponível em: <<http://www.economiayfinanzas.gob.bo/>>.

19. O coeficiente de Gini caiu de 0,60 em 2005 para 0,56 em 2007 (último dado disponível). Ressalta-se que a mortalidade neonatal caiu de 75/1000 em 2003 para 63/1000 em 2008.

na qual é mais adequado consultar para os dados sobre reservas internacionais e balanço de pagamentos.

Para uma melhor compreensão da história boliviana, o autor clássico a ser lido é:

KLEIN, H. **A concise history of Bolivia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Autores bolivianos que fazem uma ampla análise histórica do país são:

MESA, J.; GISBERT, T.; MESA, G.; CARLOS, D. **Historia de Bolivia**. Editorial Gisbert Y Cia S.A, La Paz, 2008.

O conceito de economia de enclave é discutido em:

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Desenvolvimento e dependência na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Uma discussão sobre a Guerra da Água e a do Gás pode ser encontrada respectivamente em:

OLIVEIRA, O. **Cochabamba: water war in Bolivia**. Cambridge, Massachusetts: South end Press, 2004.

HAGE, J. A. A. **Bolívia, Brasil e a guerra do gás**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

Nesse último, estão presentes também informações sobre como o país se relacionou com o Brasil naquele momento de transição.

Para informações sobre o governo Evo Morales e as questões atuais, ler:

CRABTREE, J.; MOLINA, G. G.; WHITEHEAD, L. (Ed.). **Tensiones irresueltas: Bolivia, pasado y presente**. La Paz: PNUD Bolivia e Plural editores, 2009.

Para uma abordagem do mesmo tema sob ótica dos movimentos sociais, consulte:

MOLDIZ, H. **Bolivia en los tiempos de Evo: claves para entender el proceso boliviano**. Querétaro, México: Ocean Sur, 2008.

O artigo de:

WEISBROT, M.; RAY, R.; JOHNSTON, J. **Bolivia: the economy during the Morales administration**. Washington: CEPR, 2009. Disponível em: <<http://www.cepr.net/documents/publications/bolivia-2009-12.pdf>>.

traz uma análise da economia boliviana desde 2006.

Por fim, para uma discussão teórica sobre o Estado Plurinacional e seu processo de construção, indica-se:

CHOQUEHUANCA, A. T. **Estado plurinacional: reto del siglo XXI**. La Paz: IIR e Plural editores, 2006.